

# Recursos para combate à violência contra a mulher caem 79% desde 2014

*Até julho de 2018, foram R\$ 20 mi; Em 2014, haviam sido R\$ 95 mi; Valores mantêm o Ligue 180*

**[\(Poder 360, 20/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Os valores destinados pelo governo federal ao programa de promoção da autonomia e enfrentamento à violência contra a mulher estão em queda desde 2014.

Levantamento do Poder360 mostrou que, de janeiro a julho deste ano, R\$ 20,4 milhões foram repassados às ações de proteção à mulher. No mesmo período de 2014, haviam sido R\$ 95,3 milhões. O corte foi de 79% no período.

Em relação ao ano passado, a queda foi de 25%. Até julho de 2017, R\$ 27,2 milhões haviam sido desembolsados. Os dados são do portal SigaBrasil.

Com o objetivo de ampliar a política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, o governo mantém, por meio do programa, projetos de consolidação da rede de atendimento e campanhas de conscientização.

Uma das principais ações em vigor é a [Central de Atendimento à Mulher](#). Criado em 2005, o Ligue 180 é 1 canal de denúncias de violência e orientação à mulher. Até julho deste ano, R\$ 7,3 milhões foram investidos na ação. O desembolso foi o menor desde 2014, quando haviam sido destinados R\$ 4,9 milhões.

O Ligue 180, que incorporou o Disque 100, é uma das principais iniciativas de combate à violência de gênero no país. Segundo dados do governo federal, o canal recebeu quase 80.000 denúncias até julho deste ano. Registrou, ainda, mais de 740 ocorrências relacionadas a feminicídios e tentativas de

homicídio contra mulheres.

## **O PAPEL DO ESTADO**

O programa de combate à violência é ligado à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, desde junho vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos.

No governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), o órgão tinha status de ministério. Foi rebaixado em 2016, na gestão do presidente Michel Temer (MDB). Nesses 2 anos, já foi ligado tanto ao Ministério da Justiça quanto à Secretaria de Governo.

Para Ana Paula Antunes Martins, doutora em Sociologia e professora substituta no Departamento de Gestão de Políticas Públicas da UnB (Universidade de Brasília), a perenidade de políticas públicas voltadas às mulheres é fundamental não só para solucionar, mas para prevenir casos de violência.

*“São esses recursos do Orçamento que criam políticas efetivas para a prevenção ao feminicídio”, afirmou.*

A pesquisadora, que está à frente do Nepem (Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher), explicou que o recuo no repasse de recursos da União tem reflexo também sobre as esferas estadual e municipal.

No ano em que a [Lei Maria da Penha](#), que tornou crime a violência contra a mulher, completa 12 anos, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, em 2017, foram registrados 193 mil casos de violência doméstica contra mulheres.

Na visão de Ana Paula, o corte orçamentário leva ao enfraquecimento de serviços especializados que dependem de recursos públicos para o funcionamento. É o caso, por exemplo, da Casa da Mulher Brasileira, centro de atendimento especializado no atendimento à mulher em situação de violência doméstica.

*“O investimento do Estado não apenas abre novos serviços voltados à política*

*de combate, mas faz com que os que já existem se mantenham.”*

## **OUTRO LADO**

Em nota, o Ministério dos Direitos Humanos informou que *“foram feitos ajustes de gastos em virtude do cenário econômico”*. *“O governo federal mantém o compromisso de desenvolver políticas que são importantes para a proteção e garantia dos direitos da mulher”*, completou.

O Ministério explicou que a iniciativa está estruturada em 6 eixos:

- Casa da Mulher Brasileira;
- ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180;
- organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual;
- implantação e manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca;
- campanhas continuadas de conscientização;
- unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência.

*“Os programas seguem em implementação, bem como todas as políticas públicas desenvolvidas para garantia de direitos da mulher”*, disse.

Mariana Ribeiro, Dyelle Menezes e Anna Russi

---

## **Estados Unidos ficam sem verba para combater a zika**

*Obama já havia solicitado recursos emergenciais de US\$ 1,9 bilhão para combater a doença, mas as negociações com o Congresso estão emperradas desde junho*

[\(Estadão, 31/08/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

Os recursos do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC, na sigla em inglês) para o combate à zika naquele país acabarão neste mês, de acordo com o diretor da agência, Thomas Frieden. O presidente Barack Obama já havia solicitado recursos emergenciais de US\$ 1,9 bilhão para combater a doença, mas as negociações com o Congresso estão emperradas desde junho.

“A despensa está vazia. Basicamente, nós estamos sem dinheiro e precisamos que o Congresso atue para que possamos dar uma resposta efetiva (à epidemia de zika)”, disse Frieden à imprensa, em entrevista coletiva realizada em Washington na segunda-feira.

De acordo com Frieden, dos US\$ 222 milhões alocados pelo CDC para o combate à zika em 2016, cerca de US\$ 200 milhões já foram usados. “O restante já terá acabado pelo fim de setembro”, disse.

---

## **Lei Maria da Penha completa 10 anos, mas faltam recursos para torná-la mais eficaz**

***(Brasileiros, 07/08/2016)** Especialistas elogiam a legislação, mas observam que a violência vai prosseguir se o Estado não ampliar sua rede de delegacias e serviços para dar apoio às mulheres*

A Lei Maria da Penha (lei 11.340) foi sancionada pelo então presidente Lula há exatos 10 anos, em 7 de agosto de 2006, com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar no país. Os dados do Mapa da Violência apontam que a legislação teve um impacto positivo sobre os crimes:

enquanto o índice de crescimento do número de homicídios de mulheres no Brasil foi de 7,6% ao ano entre 1980 e 2006, quando a lei entrou em vigor, o crescimento caiu para 2,6% ao ano entre 2006 e 2013.

***Leia mais:***

[\*Em 10 anos, Lei Maria da Penha ajuda a reduzir violência contra a mulher, mas não muda cultura \(Sul21, 07/08/2016\)\*](#)

[\*“10 anos depois, Judiciário ainda não se adaptou à Lei Maria da Penha” \(ConJur, 06/07/2016\)\*](#)

A lei recebeu esse nome em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha, que ficou paraplégica após levar um tiro do marido, pai de suas três filhas, em sua segunda tentativa de homicídio contra ela, em 1983. A história de Maria da Penha ganhou repercussão internacional quando ela acionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em busca de uma solução, após aguardar a Justiça brasileira por 15 anos.

Após a promulgação da lei, o combate à violência de gênero se intensificou. O grande problema é que, apesar da existência da lei, muitos agressores não são denunciados. O Mapa da Violência de 2015 revelou que, de 2003 a 2013, o número de vítimas de homicídio do sexo feminino subiu de 3.937 para 4.762. Em 2013 ocorreram 13 homicídios femininos diários. Toda essa violência é alimentada pelas dificuldades do Estado em fornecer apoio material às mulheres agredidas.

Diretora do Instituto Patrícia Galvão, que defende os direitos das mulheres, a psicóloga Marisa Sanematsu diz que a lei é bem formulada e completa, uma vez que define claramente as formas de violência doméstica como moral, sexual ou patrimonial: “Muita gente nem sabia que violência psicológica era um crime enquadrado, passou a saber com a divulgação da lei. Antes, a sociedade só considerava a violência contra a mulher aquela violência física. E não bastava ser simples, tinha que deixar a mulher com muitas marcas para as pessoas aceitarem que, dessa vez, o marido exagerou”.

A socióloga Carmen Silva, da SOS Corpo e da Articulação de Mulheres Brasileiras, considera que a divulgação da Lei Maria da Penha foi muito

eficiente nos últimos anos, mas precisa se transformar em mais serviços, especialmente para as mulheres de baixa renda: “Todo mundo conhece a lei. Mas isso tem favorecido especialmente as mulheres mais esclarecidas, dos setores médios e que têm mais recursos financeiros, a maioria branca, que têm mais possibilidade de sair do ciclo de violência. A violência contra as mulheres brancas diminuiu, mas contra as negras, que estão na base da pirâmide e têm menos acesso à informação, a trabalho e aos serviços públicos, não.”

Na última semana, a ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero, o Instituto Maria da Penha e o Consórcio de Organizações Não Governamentais Feministas pela Lei Maria da Penha divulgaram nota pública em defesa da lei e da institucionalização das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. No documento, a ONU diz que o aniversário da Lei Maria da Penha traz à tona “o desafio urgente de implementar de maneira mais efetiva as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres com perspectiva de gênero”, sobretudo por meio da ampliação dos serviços especializados para atendimento com perspectiva de gênero.

A delegada Ana Cristina Melo, que atua à frente da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, defende a ampliação dos espaços especializados para o acolhimento das vítimas da violência. Segundo Ana Cristina, quem trabalha na área percebe o caráter cultural da violência de gênero. “Quando você tem um caráter cultural, ele perpassa toda a sociedade, sejam homens ou mulheres. Os agentes públicos, como integrantes dessa sociedade, têm também muitos preconceitos, valores e esteriótipos que demandam capacitação, trabalho e tempo para serem desconstruídos. É preciso sim um espaço especializado para o acolhimento das mulheres”.

Atualmente existem no Brasil apenas 502 delegacias especializadas para atender 5.570 municípios. Ou seja, mais de 90% dos municípios não possuem nem sequer uma delegacia. Existem ainda 45 defensorias da mulher, 95 promotorias especializadas, 238 centros de atendimento à mulher, 80 casas-abrigo e 596 serviços especializados de saúde, números inexpressivos para o

tamanho da violência que se vive no país. São 1.651 serviços especializados de atendimento à mulher disponíveis para atender a todas as brasileiras, mais de 70% deles concentrados no Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Enquanto o Distrito Federal tem 18 núcleos da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, uma casa-abrigo, 19 varas especializadas, um núcleo de Defensoria Pública Especializada, 39 promotorias, 51 serviços especializados de saúde e uma Casa da Mulher Brasileira, em Alagoas só existem quatro delegacias especializadas, uma casa abrigo, uma vara especializada, um núcleo da Defensoria Pública, uma promotoria e dois serviços de saúde para atender mulheres do Estado.

Segundo a delegada Ana Cristina Melo, sem uma atuação em rede dos órgãos públicos não dá para combater a violência. “Porque colocar na mão só da polícia e dar esse caráter só repressivo não é o caminho. A repressão é muito importante para responsabilizar o agressor, é extremamente importante, mas a violência doméstica tem muita coisa que a circunda”. Ela explicou que muitas mulheres dependem de outros serviços do Estado para sair do ciclo de violência. “Muitas têm demandas jurídicas, questões das quais dependem para que a situação seja resolvida. Aqui em Brasília é muito comum. Um casal tem um lote, é a única coisa que aquela mulher tem. Eles não estão vivendo mais juntos, mas estão dentro da casa. Aí começam os atritos, mas ela não tem acesso aos serviços jurídicos para resolver o problema e continua lá, o que pode acabar em morte”.

A violência doméstica é uma realidade mundial. Números recentes da Organização Mundial da Saúde com a London School de Higiene e Medicina Tropical e pelo Conselho de Pesquisa Médica, com base em dados de mais de 80 países, estimam que uma em cada três mulheres (35%) no mundo já foi vítima de violência física ou sexual pelo menos uma vez, e que em 30% dos casos, os agressores eram os próprios parceiros.

*Da Redação com Agência Brasil*

**Acesse no site de origem:** [Lei Maria da Penha completa 10 anos, mas faltam recursos para torná-la mais eficaz \(Brasileiros, 07/08/2016\)](#)

---

# OMS diz que zika não vai desaparecer e pede US\$ 121,9 milhões

*(O Estado de S. Paulo, 17/06/2016) Entidade recebeu apenas US\$ 4 mi; programa é anunciado quatro dias depois de o vírus ser considerado emergência internacional.*

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que vai precisar de US\$ 121,9 milhões (R\$ 420 milhões) para lidar com o impacto do zika até o fim de 2017. O apelo faz parte de um novo plano estratégico anunciado nesta sexta-feira, 17, e criado diante da constatação da entidade de que o vírus não vai simplesmente desaparecer e que seu impacto poderá ser de longa duração, principalmente para famílias com crianças com microcefalia e má-formação. Mas, por enquanto, a OMS recebeu meros US\$ 4 milhões.

O plano prevê ações por um ano e meio diante da constatação de que o zika continuará se espelhando. Na avaliação da entidade, essa realidade exige que sistemas de saúde terão de ser fortalecidos para atender a esse novo cenário e que famílias sejam atendidas.

O programa é anunciado quatro dias depois que a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) admitiu que o vírus, e não apenas a microcefalia, é uma emergência internacional. A entidade, porém, não recomendou o cancelamento dos Jogos Olímpicos no Rio, justificando que não fará mais diferença a realização ou não para a proliferação da doença.

Para a OMS, existe o potencial de uma proliferação ainda maior do vírus pelo mundo, diante da presença do mosquito em diversas regiões. “A falta de imunidade das populações permite que a doença se espalhe rapidamente”, indicou o plano. A OMS também admite que a estratégia é necessária diante da “ausência de vacinas, de tratamentos específicos e de testes”.



A entidade, porém, deixa claro que o problema é exacerbado diante das “desigualdades em acesso ao saneamento, informação e serviços de saúde em áreas afetadas”.

O plano é dividido em cinco partes e prevê o apoio a governos para fortalecer os programas de identificação da doença, maior reforço no combate ao vetor, apoio aos sistemas de saúde, investimentos em pesquisa e coordenação. No total, 60 parceiros internacionais participarão da iniciativa. “Zika terá um impacto de longa duração e, por isso, precisamos de um plano estratégico”, afirmou Tarik Jasarevic, porta-voz da OMS.

“A resposta agora exige uma estratégia que garanta apoio para mulheres em idade de gestação”, indicou Margaret Chan, diretora da OMS.

Segundo ela, um dos pilares do novo plano será o maior foco em prevenir e administrar as complicações médicas causadas pelo vírus. Sua meta é a de expandir as capacidades dos sistemas de saúde para que possam atender mulheres grávidas e mães cujos filhos tenham sido afetados.

**Recursos.** Segundo a entidade, porém, o apoio financeiro internacional tem sido mínimo para lidar com a doença. Em março, um apelo inicial foi realizado pela entidade.

De um total de US\$ 53,3 milhões solicitados para enfrentar o vírus por todas as agências da ONU, elas conseguiram levantar pouco mais de 10% do valor, cerca de US\$ 5,7 milhões.

Declarada como uma emergência internacional de saúde pública, o zika obrigou a OMS a se mobilizar para tentar conter a doença, já espalhada por 60 países.

A OMS, por exemplo, pediu doações e contribuições de governos no valor de US\$ 17,7 milhões. Mas recebeu apenas US\$ 2,3 milhões até agora.

A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) havia feito um apelo por US\$ 8,1 milhões, mas recebeu apenas US\$ 1,6 milhão para suas ações na região mais afetada pela crise. Outro parceiro da ONU, AmeriCares, solicitou US\$ 4,1 milhões - recebeu somente US\$ 40 mil.

Diversas entidades sofrem com o mesmo problema. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês) teve a solicitação de US\$ 9,6 milhões praticamente ignorada. Só US\$ 250 mil entraram no caixa. Mesmo no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, na sigla em inglês), o pedido de US\$ 13,8 milhões foi atendido em somente US\$ 1,7 milhão, deixando um buraco de US\$ 12 milhões.

*Jamil Chade - Correspondente de O Estado de S. Paulo*

***Acesse o site de origem: [OMS diz que zika não vai desaparecer e pede US\\$ 121,9 milhões \(O Estado de S. Paulo, 17/06/2016\)](#)***

---

## **Comissão externa da Câmara aponta falhas do governo no combate ao zika vírus**

**(Agência Câmara Notícias, 10/03/2016)** A comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha ações de combate ao zika vírus apontou falhas na política do governo.

O colegiado já se reuniu com a equipe multidisciplinar do governo federal responsável por coordenar ações com as secretarias estaduais de saúde, e essas com os municípios.

O coordenador do colegiado, deputado Osmar Terra (PMDB-RS), criticou em reunião, nesta quinta-feira (10), a falta de dados que comprovem o resultado prático das ações.

“É que ainda não tem uma avaliação do resultado desse esforço todo. Botou tropa na rua, gente visitou de casa em casa, mas quantos focos de mosquito isso diminuiu? Como está sendo feito o levantamento Lira, que é o levantamento da infestação dos mosquitos, e como se pode detectar a

redução desses focos? Essas coisas ainda estão faltando”, observa o parlamentar.

“Tem uma proposta muito bonita, mas falta o resultado prático disso”, resume Osmar Terra. “Eu particularmente acho que esses centros de crise teriam que estar reforçados politicamente. Está muito nas mãos dos técnicos. Tecnicamente está muito bom, mas toda semana deveria ter uma reunião de ministros para discutir o zika.”

### **Sem recursos para pesquisa**

O deputado Osmar Terra também aponta falta de recursos, principalmente em pesquisa: “A presidente disse que não está faltando dinheiro, mas está: nos centros de pesquisa. Inclusive, o pesquisador que descobriu o zika está dizendo que não tem dinheiro para manter o freezer funcionando.”

### **Audiências e viagens**

Na reunião de hoje, a comissão aprovou requerimentos para a realização de audiências públicas sobre o tema. Serão pelo menos quatro até o fim dos trabalhos: uma para debater os riscos do vírus zika na saúde das gestantes e os casos de microcefalia; outra para ouvir a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Defesa Civil; e uma última pra ouvir o Ministério da Integração.

Integrantes da comissão externa vão a Salvador no próximo dia 18. A capital baiana é o município com mais casos do vírus zika. A comissão também deve ir à Paraíba, no dia 28, estado com maior número de casos proporcionalmente à população.

Também serão marcadas viagens a Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro e Sergipe. Já Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde não há casos de zika vírus registrados, também serão visitados pela comissão, que quer saber sobre as medidas preventivas adotadas nesses estados.

Reportagem - Geórgia Moraes

Edição - Newton Araújo

Acesse no site de origem: [Comissão externa da Câmara aponta falhas do governo no combate ao zika vírus \(Agência Câmara Notícias, 10/03/2016\)](#)

---

# Casos confirmados de microcefalia crescem 16,2% no país em uma semana

**(O Globo, 09/03/2016)** Segundo Ministério da Saúde, Pernambuco tem o maior número de notificações; Rio de Janeiro está em quarto lugar.

Em uma semana, subiu 16,2% o número de casos confirmados de microcefalia ou alterações do sistema nervoso relacionados à infecção congênita, passando de 641 para 745. Desse total, 88 (11,8%) tiveram resultado positivo para zika, segundo boletim do Ministério da Saúde divulgado nesta quarta-feira. A pasta voltou a ressaltar, no entanto, que o dado não representa a totalidade de registros associados ao vírus, mas apenas a parcela com diagnóstico fechado por exame laboratorial. O ministério vem sustentando que a maioria das confirmações está relacionada ao zika.

## **Leia mais:**

[Saúde adota novo critério para definir suspeita de microcefalia \(Folha de S. Paulo, 09/03/2016\)](#)

[Ministério da Saúde apura 11 casos de microcefalia ligados ao zika no DF \(Correio Braziliense, 09/03/2016\)](#)

[Brasil tem 745 casos confirmados de microcefalia e alterações neurológicas \(Uol, 09/03/2016\)](#)

Há ainda 4.231 casos em investigação e 1.182 descartados. Foram 6.158 notificações suspeitas desde o ano passado até 5 de março, registradas em todas as regiões do país. Pernambuco tem o maior número de pacientes sob investigação: 1.214. Em seguida, vêm Bahia (609) e Paraíba (447). O Rio de

Janeiro está em quarto lugar, com 289 casos sendo pesquisados, à frente do Rio Grande do Norte (278) e do Ceará (252).

O boletim do governo, feito com as informações repassadas pelos estados, já considera o novo critério de diagnóstico de microcefalia. Por recomendação da OMS, a malformação será notificada como suspeita quando a criança não prematura nascer com perímetro cefálico igual ou menor que 31,9 cm, no caso de homens, e 31,5 cm, para mulheres. Antes, o limite era de 32 cm, independentemente do sexo. Para bebês que nascem antes do tempo regular, o tamanho varia de acordo com a idade gestacional.

É a segunda vez que o Ministério da Saúde muda o parâmetro, que era de 33 cm quando a epidemia foi declarada, no fim do ano passado. Depois, passou para 32 cm, e agora veio o novo critério. A alteração já havia sido adiantada pelo ministro da pasta, Marcelo Castro, na semana passada, e foi oficializada hoje. O ministério não sabe, entretanto, quantos e quais estados enviaram os dados do boletim recém-divulgado dentro do parâmetro novo.

A mudança não vai retirar do boletim crianças que, eventualmente, tenham sido incluídas devido a medidas superiores ao novo critério adotado. Segundo os técnicos do ministério, elas continuarão sendo investigadas para receber todos os cuidados, se necessário. A pasta ressaltou que as mudanças são naturais e decididas em conjunto com a comunidade científica.

- Agora, com as novas definições, ficando mais precisas, claras e fáceis de interpretar, vamos conseguir investigar e concluir mais rapidamente os casos — afirmou Wanderson Oliveira, coordenador geral de Vigilância e Respostas às Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde. — Estamos orientando (os estados) que não arredondem o decimal. É fundamental que o dado seja detalhado.

Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, classificou a mudança como “sutil”, mas importante para padronizar dados mundiais:

- Ele (o critério) é mais preciso do ponto de vista científico, mas a importância de adotá-lo era justamente estabelecer uma possibilidade de comparação mundial. Outros países certamente começarão a trabalhar com

isso, na medida em que (o vírus) se espalhar pelas Américas.

O diretor comentou que há casos de bebês com perímetro cefálico até acima da medida que estava estipulada, ou seja, fora da classificação de microcefalia, mas que o ultrassom revelou danos cerebrais. Maierovitch não soube precisar quantas crianças foram classificadas nessa situação, destacando ser um número irrelevante.

- Isso importa muito pouco, é um dado que não muda nada, porque o que importa é que o caso seja identificado e que seja acompanhado. O que sabemos é que é um percentual muito pequeno - afirmou Maierovitch.

O boletim mostrou aumento no número de mortes suspeitas, após o parto ou durante a gestação, de 139 para 157. Do total, 37 foram confirmadas para microcefalia ou alterações do sistema nervoso central. Outras 102 continuam em investigação e 18 foram descartadas. A dificuldade de relacionar os casos de malformação cerebral ao zika, por exame laboratorial, foi ressaltada por Maierovitch, embora ele tenha frisado que as evidências relacionam o problema ao vírus.

- Ainda não dispomos, no mundo, de método para identificar a infecção pregressa recente pelo vírus. Como há meses que separam a infecção da gestante e a infecção do próprio bebê durante a gestação e o nascimento da criança, a probabilidade ter um exame positivo com as técnicas atuais é relativamente baixa — explicou o diretor;

## **GRÁVIDAS E OLIMPIADAS**

O ministro Marcelo Castro considerou prudente a recomendação da OMS, para que grávidas não viajem a locais com surto de zika, mas disse que, internamente, embora algumas regiões do país representem maior risco do que outras, tal orientação seria inócua.

- Como o Brasil é endêmico, não vamos dizer para nossas gestantes que não vão para tal região, porque já somos endêmicos mesmo, mas que tomem precauções e cuidados - disse. - Se a pessoa deve ficar gestante ou não, se deve viajar ou não, a nossa posição é clara: compete à gente dar a informação mais precisa, mais clara, mais realista, da maneira mais

transparente possível para a pessoa tomar a sua decisão.

Castro voltou a dizer que o surto de zika não ameaçará a realização dos Jogos Olímpicos porque o período crítico, que é o verão, já terá passado. Além disso, ele ressaltou que o país está engajado nas medidas de combate ao *Aedes aegypti* e que haverá reforço nas ações contra o mosquito no Rio de Janeiro, especialmente nos locais em que o evento vai se realizar.

- Estamos certos, dentro da relatividade que devemos ter, que as pessoas estarão protegidas. Essa opinião é compartilhada pela OMS, pela OPAS e pelo comitê olímpico internacional.

Castro demonstrou apoio a uma outra recomendação da OMS sobre o uso de preservativo por parte de grávidas cujos parceiros venham de áreas endêmicas. Ele considerou a medida positiva, levando em conta os casos cada vez mais crescentes que sugerem a transmissão do zika pelo sexo. O Ministério da Saúde orienta a utilização da camisinha em todas as relações como forma de evitar doenças sexualmente transmissíveis.

## **RECURSOS RECLAMADOS**

Marcelo Castro rebateu as críticas, feitas pelo diretor do Instituto Butantã, Jorge Kalil, de que a verba prometida para o desenvolvimento da fase 3 da vacina da dengue não foi liberada pelo governo federal. O ministro disse que só ontem a instituição, que é ligada ao governo de São Paulo, entregou a documentação necessária para receber parte da verba prometida de R\$ 300 milhões, dos quais R\$ 50 milhões devem ser repassados neste ano.

— O Butantan é um excelente parceiro, instituição que é orgulho nacional, nós nos relacionamos superbem, mas a verdade precisa ser restabelecida. E a verdade é que nós não podíamos ter pago, uma vez que eles não tinham apresentado a documentação necessária — disse Castro.

O ministro contou ainda que os documentos relacionadas a um repasse de R\$ 8,5 milhões acertado para o Butantã, para o desenvolvimento de vacinas e remédios contra zika, ainda não chegaram. Castro evitou politizar a questão, mas lembrou que o instituto é do governo de São Paulo e quem está custeando as pesquisas é o governo federal. Em seguida, afirmou não estar

“reclamando”, porque entende que o combate ao vírus deve unir esforços.

Quanto à distribuição de kits para detecção de dengue em quantidades menores que as necessárias, segundo reportagem da Folha de S. Paulo de hoje, o ministro disse que a área técnica da pasta avalia o volume de materiais a serem repassados aos estados. E que, muitas vezes, o gestor local superdimensiona o pedido, por isso a reclamação de um número teoricamente inferior à demanda:

- É compreensível que alguns secretários peçam um número maior. Goiás pediu 45 kits, liberamos 40, bastante razoável. Não dá para o estado ficar queixoso quando pede 45 e recebe 40.

Ele voltou a admitir que houve atraso na entrega dos kits, por causa de problemas na compra, que é feita pela OMS, e no desembaraço dos produtos ao chegarem ao Brasil. Sobre questões pontuais, como São Paulo, que segundo a reportagem não tem kits para fazer diagnóstico nem das amostras já colhidas, Castro temporizou:

- São Paulo pediu 400, liberamos 200. Mas se São Paulo precisa de mais, como saiu na reportagem, vamos mandar mais. Queremos colaborar, estar em paz com todos. Podemos até ter avaliado equivocadamente (o volume a ser liberado).

Acesse o site de origem: [Casos confirmados de microcefalia crescem 16,2% no país em uma semana \(O Globo, 09/03/2016\)](#)

---

**TVs públicas lutam pela audiência e contra a falta de**



# recursos

**(Agência Brasil, 30/11/2014)** A crise econômica que atingiu o mundo em 2008 e que ainda hoje se faz sentir na maior parte dos países afetou em cheio o orçamento das empresas públicas de comunicação, que dependem principalmente de recursos públicos para funcionarem. Além disso, precisam disputar a audiência com as novas tecnologias *online*, notadamente em relação ao público jovem. O assunto foi abordado por executivos de televisões públicas mundiais, reunidos no Rio, de 26 a 28 de novembro, durante a 23ª Conferência Public Broadcaster International (PBI).

O diretor de Assuntos Internacionais e Jurídicos da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), José Lopes de Araújo, disse que o maior problema é o corte de verbas anunciado pelo governo português. “O grande desafio é sobreviver. Temos um orçamento muito reduzido, limitado. O governo decidiu que não vai dar mais um euro do orçamento do Estado para a televisão pública. Desde então, vivemos apenas com a taxa paga por cada lar, que é 2,65 euros por mês por contribuição ao audiovisual, e com seis minutos de publicidade de comerciais por hora”, disse Araújo.

Segundo o executivo, o valor é insuficiente para cobrir todos os custos da estatal. “Temos que viver apenas com este valor, com uma estrutura muito pesada, com mais de 1.600 trabalhadores e estúdios em todo o país. Temos dois canais nacionais abertos, dois canais temáticos no cabo e dois canais internacionais: a RTP Internacional e a RTP África. O nosso orçamento anual é de 220 milhões de euros e nossa receita está 20 milhões de euros abaixo do custo. Esta diferença temos que superar com a redução de custos e a busca de outras formas de financiamento comercial”, disse.

Para melhorar a audiência, segundo ele, uma das estratégias é investir mais em esportes, principalmente o futebol. “Nos últimos três anos, perdemos audiência. Mas faz seis meses que a estamos recuperando. Um dos conteúdos que dão muita audiência é o futebol, que é um produto âncora. Os portugueses, ao serem perguntados sobre o que gostariam que a televisão pública mostrasse, disseram que era o futebol. O futebol e o esporte em geral farão aumentar nossa audiência. Da mesma forma que a melhoria na

qualidade dos programas de informação e de ficção.”

A crise financeira também se fez sentir de forma contundente no maior grupo público de mídia mundial, a britânica BBC. O diretor de Políticas Editoriais, David Jordan, disse que a BBC tem sofrido com a redução das taxas de licenciamento nos últimos três anos e meio, que estão congeladas pelo governo e são corroídas pela inflação. “Isto é um grande desafio. Temos que buscar formas de economizar. Existe o perigo de precisarmos reduzir o nosso serviço, se continuarem a cair as taxas. O grande desafio é como se adaptar à situação em que o nosso orçamento está muito restrito e ao mesmo tempo continuar a garantir todos os serviços que costumamos oferecer”, explicou Jordan.

Segundo ele, o orçamento anual da BBC é de 3,5 bilhões de libras, recebidas pelas taxas de licenciamento pagas por cada casa com televisão, que atualmente é de 144 libras por ano. A taxa está congelada faz três anos e meio e deverá ficar assim pelo próximo ano e meio. “Ganhamos uma pequena parcela de dinheiro com a operação comercial, com a BBC internacional, o que garante algumas centenas de milhões de libras, vendendo programas e formatos de programas.”

Por causa da redução no financiamento, a empresa vem fazendo cortes de pessoal, principalmente nos setores administrativo e de gerenciamento. A maior parte dos 20 mil empregados é dos setores de produção de conteúdo e de jornalismo.

A programação da BBC, segundo o executivo, atinge 96% das pessoas no Reino Unido, que acessam semanalmente algum dos serviços oferecidos, seja através do rádio, da televisão ou da internet. “Globalmente, temos o objetivo de atingir 500 milhões de pessoas até o final desta década. Atualmente, são cerca de 270 milhões de pessoas por ano.”

Para garantir e aumentar a audiência, principalmente junto ao público jovem, a empresa vem investindo em novos canais, incluindo mídia online para *tablets* e celulares. “Encaramos dois desafios quanto aos jovens. Um é que a tecnologia está mudando e temos que estar aptos a prover toda a nossa programação de diferentes maneiras, seja em *tablets* ou em celulares.

Também temos que apresentar o nosso conteúdo de forma que os jovens queiram acessar, o que é diferente de como os pais deles e os avôs faziam. É importante deixar os conteúdos disponíveis *online* e temos ajustado a nossa oferta neste sentido. Temos de permanecer relevantes para os jovens, oferecendo conteúdos nas plataformas que eles queiram e dando a eles conteúdos que desejem.”

Ao mesmo tempo, Jordan ressalta que é preciso atender ao público tradicional, que gosta de acessar o conteúdo sentado na poltrona de casa, ouvindo um velho rádio ou na frente da televisão. “O desafio é como continuar a servir nossa audiência tradicional, que gosta de escutar rádio ou ver televisão, e também a nova audiência, que usa tablets e celulares. É um grande desafio não só para a BBC, mas para toda a mídia mundial.”

A Conferência PBI ocorre anualmente, desde 1991, e esta foi a primeira vez que ocorreu em um país da América Latina, organizada pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC. A próxima será realizada em 2015 na Alemanha.

*Vladimir Platonow*

***Acesse no site de origem: [TVs públicas lutam pela audiência e contra a falta de recursos \(Agência Brasil, 30/11/2014\)](#)***